



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

GRUPOS CAIÇARAS NA ILHA DA MARAMBAIA, RJ: ATORES EXTERNOS, CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Daniel Ferreira da Silva⁽¹⁾
Cyntia Meireles de Oliveira⁽²⁾
Luciana de Amorim Nóbrega⁽³⁾
Fábio Faria Mendes⁽⁴⁾
Olívia Chaves de Oliveira⁽⁵⁾

RESUMO

Este artigo analisa o modo de vida e sobrevivência de grupos Caiçaras situados na Ilha da Marambaia, Área de Proteção Ambiental, localizada no Estado do Rio de Janeiro. A ênfase é dada sobre a relação deste *microcosmos* com instituições de intervenção, ao longo de uma trajetória histórica, bem como, os reflexos advindos dessa relação em termos de potencialidades e constrangimentos para o grupo. Para o desenvolvimento deste trabalho, combinaram-se técnicas de pesquisas exploratória e descritiva, análise de dados secundários e delineamento de uma amostra proposital em dez núcleos familiares. Os resultados apontam que apesar da carência de incentivos para o desenvolvimento de comunidades tradicionais, há um movimento próprio do grupo de resistência e manutenção de sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade tradicional; intervenções institucionais; modo de vida.

INHABITANT GROUPS IN THE ISLAND OF MARAMBAIA, RJ: OUTSIDER'S ACTOR, CONFLICTS AND ECONOMIC TRANSFORMATION.

ABSTRACT

This paper analyzes the style of life and survival of groups located inhabitants of the seaside in the Island of Marambaia, area of Environmental Protection, located in the State of Rio de Janeiro. The Emphasis is given about the relationship of these microcosms with intervention institutions, along a path historic, as well as the reflexes current of that relationship in terms of potentialities and embarrassments for the group. For the development of the research, they combined techniques of exploratory and descriptive research, analysis of secondary data and drawing of a deliberate sample in 10 family nuclei. The results appear that in spite of the lack of incentives for the traditional communities' development, there are an own movement of the resistance group and maintenance of his identity.

KEYWORDS: traditional community; institutional interventions; life way

INTRODUÇÃO

A terminologia caiçara vem do tupi-guarani *caá-içara*, o que significa, armadilha feita de galhos de árvore. Entretanto, conforme aponta Diegues (1983), tal palavra passou a designar, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, os habitantes das zonas litorâneas. A princípio, referia-se apenas aos indivíduos que viviam da pesca de subsistência, mas com o passar do tempo, passou a se referir a qualquer morador de zonas costeiras do litoral Sul Fluminense até o litoral do estado de Santa Catarina.

Atualmente a população Caiçara possui traços visíveis de comunidades tradicionais rústicas semelhantes às encontradas no momento de formação das comunidades litorâneas após a colonização portuguesa. Fazendo parte das culturas litorâneas brasileiras, os Caiçaras representam um forte elo entre o homem e seus recursos naturais (ADAMS, 1996).

Entretanto, cabe notar que essa condição não sugere um isolamento cultural dos grupos. Conforme sublinha Setti (1985), apesar do isolamento geográfico (que ainda assim é relativo e temporário), há um intrincado de relações estabelecidas com outras sociedades.

Na década de 1950, observou-se que os Caiçaras do norte do litoral paulista foram ameaçados ou até mesmo expulsos por especuladores individuais, que alguns anos mais tarde foram substituídos por empresas de turismo e construção. Esse processo não foi pacífico, tendo envolvido, muitas vezes, violência armada. O resultado foi o esvaziamento dos povoados, além do abandono das atividades tradicionais caiçaras, motivado pelas proibições de acesso aos terrenos agora cercados e, principalmente, pelo impedimento do trânsito e acesso à praia, cultivo de morro e encostas. A maioria migrou para a periferia das cidades litorâneas, passando a viver da pequena pesca artesanal (DIEGUES, 1983).

O desenvolvimento do litoral Sul Fluminense ocorreu de maneira análoga ao do litoral Norte do Estado de São Paulo. Apesar de sua proximidade física com a cidade do Rio de Janeiro, a região permaneceu relativamente isolada e de difícil acesso, até 1970. Após a construção da rodovia Rio-Santos no litoral Sul Fluminense, em 1971, o acesso ao mercado, assim como, a facilidade de deslocamento, abriu novas oportunidades para os Caiçaras. As consequências dessa abertura da rodovia

foram quase idênticas às do litoral norte paulista: invasão do turismo, especulação imobiliária, redução das atividades de artesanato, abandono das atividades agrícolas de subsistência e especialização da atividade pesqueira.

Esses constrangimentos contribuem para as dificuldades na própria autodefinição de Caiçara. Os habitantes se percebem como tal à medida que admitem serem assim designados, porém não se autodenominam dessa forma; ao contrário, se autodenominam Praiano, conforme destaca Setti (1985), em estudo realizado em Ubatuba, São Paulo.

Ainda assim, vários autores ressaltam que os Caiçaras podem ser identificados como uma representação de comunidade tradicional com um conjunto de conhecimentos adquiridos no campo da pesca artesanal, do plantio e da criação de animais, essencialmente voltados para a subsistência. Corroborando-se com essa constatação, o trabalho de Silva (1989), em regiões litorâneas da Mata Atlântica do Sudeste do Brasil, deixando claro que “é muito difícil classificar o pescador-lavrador como um agricultor que pesca, ou um pescador que planta, pois as tradições do trabalho agrícola e do trabalho na pesca são da mesma intensidade e regularidade”.

Segundo o mesmo autor, o Caiçara trabalha com mais de uma atividade de produção; contudo, ela se baseia no ciclo da pesca para nortear as outras atividades. Essa íntima relação entre o homem e os ciclos naturais é peculiar de populações tradicionais, em que a natureza é a base concreta para o desenvolvimento das demais atividades. Entretanto, nos períodos de dificuldade econômica - principalmente advindos da escassez de venda do pescado -, normalmente o Caiçara se volta para outras atividades produtivas como forma de garantir sua subsistência, havendo assim, um retorno para a área rural.

Já no litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, alguns autores como Schmidt (1958) e Oliveira et al (1994), constataram que as gerações mais recentes estão abandonando as atividades de agricultura, caça e artesanato, para se dedicarem quase que exclusivamente à pesca. Esse fato vem causando um desequilíbrio do bem-estar das populações Caiçaras, pois, em um momento de crise e, ou, estagnação, elas não teriam um suporte técnico para diversificar o seu sistema produtivo, pela falta de continuidade no repasse das técnicas que foram adaptadas ao longo dos anos ao ambiente da Mata Atlântica. Logo, com a saída dos Caiçaras do seu sistema de

exploração para outras atividades não agrícolas, a harmonia do grupo é rompida com o ambiente natural, dissolvendo assim, a continuidade do repasse de um conhecimento transmitido por diversas gerações.

Tal constatação sugere, conforme Setti (1985), que nem sempre se deve considerar o Caiçara habilitado a dominar o meio em que vive somente com seus próprios recursos (conhecimento e técnicas adquiridos durante décadas), dá-se então a necessidade de se estabelecer vínculos e relações, principalmente com outras sociedades e mesmo instituições de intervenção.

Nesse sentido, apesar de historicamente as práticas Caiçaras terem sido caracterizadas por diversas combinações e ajustamento a circunstâncias ecológicas, sociais e econômicas, estas devem ser entendidas a partir de um sentido dinâmico, em que as estratégias econômicas variam em função de maior ou menor envolvimento com mercados e atores institucionais. Notadamente, os constrangimentos, assim como as novas oportunidades técnicas e econômicas interferem decisivamente nas combinações produtivas adotadas por esses atores.

Partindo-se dessas evidências, o presente estudo delimita-se a partir da influência dos atores externos sobre o modo de produção, vida e sobrevivência de grupos Caiçaras na Ilha da Marambaia, Estado do Rio de Janeiro. Buscar-se-á no decorrer do texto, evidenciar a relação entre os Caiçaras e os agentes externos, a fim de analisar seus reflexos quanto às potencialidades e constrangimentos advindos de tal contato.

2 INSTITUIÇÕES E SEUS REFLEXOS SOBRE AS CULTURAS TRADICIONAIS

As formas de existência das comunidades Caiçaras na Ilha da Marambaia, de modo geral, diferem das de outras populações tradicionais do litoral brasileiro por terem sido profundamente marcadas pela presença impositiva do Estado. Se em outras comunidades Caiçaras talvez se pudesse falar de uma relativa autonomia e indiferença diante das forças da expansão dos mercados e da intervenção estatal, a análise da trajetória da ocupação da ilha demonstra que não se pode compreender os modos de agir e pensar dos seus habitantes sem referência às intervenções institucionais que, durante o século XX, foram decisivas para moldar a paisagem, as relações de poder e a organização social da ilha. Tão logo, segundo Tilly (1990),

pode-se constatar aqui, como que em miniatura, os efeitos do macro-processo de *Formação do Estado Moderno* e a intensificação de sua capacidade de intervenção e regulação das rotinas sociais dos mais diversos atores sociais.

Ao processo de construção do Estado tem correspondido, historicamente, profundas transformações nos modos de relação entre Estado e Sociedade, assim como, re-definições e conflitos em torno das obrigações e deveres dos cidadãos. Resistência e acomodação têm acompanhado os processos de intrusão do Estado em contextos definidos por estruturas de autoridade e modalidades tradicionais de autorregulação (TILLY, 1990).

Ainda segundo o mesmo autor, a natureza, os objetivos e a capacidade de penetração e monitoramento das intervenções do Estado moderno também têm variado historicamente. Essas intervenções poderiam ser, a grosso modo, classificadas como *extrativas, regulatórias e redistributivas*. Como exemplo dessas intervenções, pode-se destacar em relação à primeira, sua capacidade de extrair recursos na forma de taxas, tributos ou recursos para o serviço militar; quanto às regulatórias, elas constituem as ações que estão preocupadas em fazer justiça, controlar as fronteiras e fazer a guerra a Estados concorrentes, regular mercados, moedas e medidas, proteger ou utilizar recursos naturais, vigiar e punir grupos sociais perigosos ou indesejáveis, controlar movimentos e identificar cidadãos e não-cidadãos; já as distributivas privilegiam o desenvolvimento socioeconômico através de múltiplos instrumentos de fomento e, a promoção do bem-estar dos cidadãos; sublinhando-se que, estas têm sido apenas algumas das modalidades dos Estados modernos, nem sempre coerentes entre si (TILLY, 1990).

Durante os séculos XIX e XX, o Estado brasileiro ampliou consideravelmente sua capacidade regulatória, estabelecendo novos limites e oportunidades para os vários atores sociais. Como será visto a seguir, parte-se do entendimento que, três intervenções cruciais, com configurações específicas de atores institucionais e dinâmicas de conflito próprias, foram decisivas na trajetória histórica da Marambaia para a conformação da identidade dos Caiçaras, dos seus padrões de interação e das suas relações de poder e dominação entre eles. Em cada um dos momentos históricos, a intervenção institucional teve consequências importantes para a definição das oportunidades de existência e estratégias econômicas dos Caiçaras.

Nesses termos, convém destacar Cunche (2002) ao sublinhar que, a força relativa de diferentes culturas em competição depende diretamente da força social relativa dos grupos que as sustentam. Assim, quando se fala de cultura “dominante” ou de cultura “dominada” recorrem-se a metáforas, pois o que há realmente são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros.

Nessa perspectiva, uma cultura dominada não é necessariamente uma cultura alienada, totalmente dependente. Portanto, afirma-se que uma cultura, em sua evolução, não pode desconsiderar a cultura dominante (a recíproca também é verdadeira, ainda que em grau menor), mas pode resistir em maior ou menor escala a imposição cultural dominante, por meio da adaptação das suas práticas culturais ao meio onde estão inseridas (CUNCHE, 2002).

3 METODOLOGIA

A unidade de análise da presente pesquisa corresponde o núcleo Caiçara residente na Ilha da Marambaia, mais especificamente, os que habitam a parte Oeste da ilha, localizado em uma Área de Proteção Ambiental - APA. A Ilha da Marambaia pertence ao município de Mangaratiba, localizado no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como litoral Sul Fluminense, situado na macrorregião do Sudeste do Brasil.

Para a execução da pesquisa, foram combinadas técnicas de pesquisas exploratória e descritiva, segundo Babbie (1983), porque pretende gerar, descrever e analisar dados que permitam compreender a variedade e complexidade das práticas agropecuárias do grupo Caiçara, sua organização e as influências das instituições que atuaram e atuam na ilha e que têm desdobramentos sobre os modos de produção e organização dessa comunidade.

Inicialmente, realizou-se um levantamento de fontes secundárias, dentre livros, fontes iconográficas, ofícios, relatórios, jornais, revistas e obras literárias; após o levantamento e a sistematização dessas informações adquiridas por meio de consulta a acervos particulares e públicos, foi realizado levantamento de fontes primárias, sendo eles: relatos orais, entrevistas direcionadas para a avaliação do

comportamento e das práticas das instituições ligadas ao tema, entrevistas com representações da comunidade na ilha e observação de campo.

Em um universo de 400 pessoas distribuídas por 89 famílias, foi selecionada uma amostra proposital, segundo Selltiz et al (1987), de 10 núcleos familiares, procurando contemplar nas entrevistas a diversidade de atores que, direta ou indiretamente, compõem o universo da ilha: um primeiro conjunto foi aleatório e composto por membros das famílias Caiçaras residentes na ilha, tanto homens quanto mulheres; no entanto, privilegiaram-se três subgrupos: pessoas com longa permanência na ilha, cuja memória serviu como um importante instrumento para o resgate das técnicas de produção agrícola, assim como para a descrição do sistema sócio-cultural; indivíduos que incorporaram novas técnicas de produção, por iniciativa individual ou de agentes externos; e, finalmente, famílias que, de alguma forma, possuem algum tipo de envolvimento com a associação de moradores da ilha.

Um segundo conjunto de informantes foi constituído por técnicos da Empresa Mineradora do Brasil - MBR, que é associada a Vale do Rio Doce e, atualmente, coordena um projeto de Capacitação de Mtilicultores⁽⁶⁾ na ilha; ex-funcionários da antiga Escola de Pesca Darcy Vargas, existente na época do Estado Novo de Getúlio Vargas; e, pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, que atuam na região por meio de projetos de pesquisa nas áreas da ecologia, botânica e ciência social.

Como método de pesquisa para execução deste trabalho utilizou-se o delineamento observação participante segundo Haguette (1992), além do caderno de campo. Entende-se que a observação participante é uma técnica de coleta de dados cujo sucesso depende de certos requisitos que a distinguem das técnicas convencionais de obtenção dos dados, como as que utilizam questionário. A ideia é situar os contextos nos quais as interações ocorrem e através dos quais os indivíduos criam valores e se organizam.

4 CONFLITOS E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DOS CAIÇARAS NA ILHA DA MARAMBAIA

Os impactos causados à cultura Caiçara na Marambaia pelas intervenções institucionais foram marcantes para a constituição das características

socioeconômicas do Caiçara na ilha, sendo esses efeitos observados até os dias de hoje. Estas intervenções podem ser caracterizadas em três momentos históricos, a saber: primeiro, com a presença da fazenda escravista dos Breves no século XIX e a sua influência sob a conformação étnica, cultural e social dos ilhéus da Marambaia; o segundo momento histórico teve início com a instalação da Escola Técnica de Pesca Darcy Vargas; e, finalmente, o terceiro momento, caracterizado pela presença da Marinha, por meio do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia - CADIM de 1971 até a atualidade (ARRUTI, 2003).

No primeiro momento, pode-se destacar o impacto sócio-produtivo após a instalação do entreposto negreiro na ilha, uma vez que a fazenda do comendador Breves trouxe um significativo número de escravos para a ilha. A presença desse contingente de africanos introduziu na região novos valores e culturas que não faziam parte da identidade Caiçara do Sul Fluminense.

Com o fim dessa estrutura, em 1888, com a abolição da escravidão e um ano depois, com a morte do Comendador, os ilhéus, juntamente com grande parte da população da ilha agora negra, absorveram e adaptaram diversas técnicas produtivas ao seu sistema agrícola.

É nesse contexto que melhor compreendem-se as formas de trabalho e técnicas produtivas, assim como o acervo cultural, os quais em conjunto, constituem a lógica de produção Caiçara na Ilha da Marambaia.

Por exemplo, um pescador de 42 anos descendente de ex-escravos e morador da ilha relatou que seu pai, quando vivo, havia desenhado em uma pedra no quintal da sua casa, na praia da Kutuca, o ciclo solar em associação com o ciclo da pesca. Sendo que, no tempo de entressafra do pescado, o pai deste morador entrevistado voltava-se para outras atividades, como a agricultura e a criação de animais, somando sua força de trabalho aos demais membros da família. De acordo com o pescador, a técnica funciona da seguinte forma: “a luz do sol passava por uma madeira furada e alcançava a pedra maior. Conforme a inclinação do sol no fim da tarde, a luz incidia sobre um determinado ponto da pedra, que ao longo do ano formava um número oito deitado. Ao longo do circuito do sol na pedra eram desenhados símbolos que significavam que tipo de pescado frequentaria a Marambaia naquela época”.

Esse relato é um exemplo marcante de como uma tecnologia adaptada por grupos tradicionais torna-se parte do seu acervo cultural. Entretanto, atualmente, essa técnica não é mais utilizada, sendo que a maioria dos jovens pescadores entrevistados, nem ao menos conheciam a técnica.

A segunda intervenção institucional importante na configuração espacial, produtiva e identitária do grupo Caiçara da ilha é a instalação da Escola de Pesca Darcy Vargas, durante o Estado Novo. A instalação da escola, seu aparato produtivo e de assistência social refletem o modo típico de intervenção característico da Era Vargas, de cunho redistributivo, procurando incorporar grupos ocupacionais marginais à esfera de regulação estatal e proteção social. A presença da escola definiu padrões de relação com os habitantes marcados por um modelo paternalista, mas que foi vivenciado pelos moradores como uma “época de ouro”. Pela primeira vez, o Estado aparece diante dos Caiçaras como provedor de serviços básicos, como educação, trabalho e saúde, além de novas fontes de renda. Esse é também o momento em que novos contingentes de população são incorporados à ilha, vindos de diversas regiões do Brasil, para compor o corpo técnico e de alunos da escola, alterando assim, significativamente, as formações étnicas e ocupacionais de seus habitantes, estabelecendo novas clivagens no interior da comunidade Caiçara.

Vale ressaltar que, apesar de atualmente, a utilização do espaço territorial da Marambaia ter gerado diversos debates sobre a sustentabilidade ambiental para as atividades agrícolas e até mesmo militares, de acordo com Pondé (1977), foi no período de existência da Escola de Pesca Darcy Vargas que se pôde constatar um desmatamento mais intenso no local, realizado pela instituição, para adquirir madeira como matéria-prima na manutenção das instalações da escola e dos barcos.

No terceiro momento, observa-se o conjunto mais significativo de intervenções institucionais na Ilha da Marambaia – que, sem sombra de dúvida, é o relacionado à Marinha brasileira e, em grau menor, às outras forças armadas – sobre o modo de vida dos Caiçaras da Marambaia. Essas intervenções podem ser definidas como simultaneamente *extrativas e regulatórias* e têm profundos efeitos sobre a organização social do grupo Caiçara e sobre suas oportunidades de existência. Durante todo o século XX e, mais acentuadamente, a partir da década de 1970, a Marambaia sofre um processo de militarização das rotinas sociais básicas. O espaço

geográfico da ilha é esquadrihado e redefinido para servir a propósitos militares, e a presença de seus habitantes é tolerada a contragosto. Direitos civis básicos dos ilhéus, como a liberdade de ir e vir, são severamente limitados, famílias são deslocadas ou expulsas do território da ilha e as possibilidades de utilização dos recursos naturais sofrem uma série de restrições que inviabilizam atividades tradicionais, como o roçado e a criação de animais. A postura autocrática da Marinha impõe aos Caiçaras uma existência precária, com oportunidades de ação econômica limitada. Ao mesmo tempo, como única provedora de serviços e equipamentos urbanos básicos, a Marinha constrói uma rede de relações clientelísticas poderosa, que enfraquece as tentativas de organização da comunidade.

Essa instituição justifica suas restrições às atividades dos Caiçaras usando o discurso de preservação do patrimônio ambiental, alegando que a expansão das atividades agropecuárias destruiria a Mata Atlântica da Marambaia, pertencente a uma Área de Proteção Ambiental. Dessa forma, os moradores vêm procurando alternativas econômicas que evitem confronto direto com a Marinha/CADIM no que se refere à utilização da terra para plantio e criação de animais.

De forma conjugada a esse terceiro momento, outras instituições atuam de forma direta ou indireta na Ilha da Marambaia, de acordo com as suas políticas. Dentre elas, pode-se citar a atuação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com projetos voltados à área de ecologia e botânica e, mais recentemente, na área das ciências sociais. Outra instituição que vem atuando na comunidade da ilha é a Organização Não-Governamental - ONG Koinonia que junto a Fundação Zumbi dos Palmares e o Ministério Público vêm buscando o reconhecimento da Ilha da Marambaia como “território negro” para com isso, obter a posse da terra no sistema de “uso comum” para seus habitantes.

Nesse contexto se pode observar na Ilha da Marambaia que seus habitantes, quando abordados por atores externos, além de Caiçaras, ilhéus e, ou, pescadores, mais recentemente se reconhecem como quilombolas. Portanto, as autodefinições vêm sendo adotadas conforme o momento político porque passam os ilhéus, pois atualmente, quando perguntados como eles se definem, a resposta é quase sempre a mesma: “sou Quilombola”.

Esta atual definição – Quilombola, Caiçaras, descendentes da escola de pesca – funciona na Ilha da Marambaia como certa hierarquia social: atualmente os autodenominados quilombolas têm um prestígio político frente aos atuais acontecimentos de reivindicação de parte do território da Marambaia para a utilização como uso comum.

Ainda, a Empresa Mineradora do Brasil - MBR, associada a Vale do Rio Doce, vem desenvolvendo projetos de cunho sócioambiental na ilha, como cursos de capacitação de mitilicultores para construção e gestão de fazendas marinhas de mexilhões. Além da atuação da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, que administra na ilha uma escola estadual primária e cursos de capacitação ligados à Secretaria de Ação Social.

Contundo, vale frisar que, ao longo desses três momentos institucionais, os Caiçaras moradores da Marambaia foram se adaptando ao ritmo das instituições, principalmente com o intuito de evitar sanções, o que inviabilizaria a sobrevivência na ilha, uma vez que essas quase sempre tiveram o poder de expulsar aqueles que não se adaptavam ou desobedeciam às regras de bom convívio entre instituições e moradores. É certo que essas regras variaram de acordo com a instituição; entretanto, sem o seu apoio, mesmo que indireto, torna-se difícil sobreviver na ilha.

Numa análise da situação atual dos Caiçaras da Ilha da Marambaia, constata-se que eles vivem sob uma política da Marinha/CADIM de dividir e imperar, criando laços de clientelismo e formas de pressão individualizada. Alguns moradores se alinham às normas da Marinha, em função das oportunidades de trabalho e equipamentos públicos por ela disponibilizados. Ademais, oportunidades econômicas derivadas dos novos projetos incentivados por grupos externos, têm sido apropriadas por grupos específicos, que ora se associam à Marinha ou com agentes externos para se destacar do restante dos moradores e conseguir tratamentos diferenciados de concessão para produção tanto agrícola como animal.

No meio desse arcabouço institucional encontra-se a maioria da população que até pouco tempo era inibida pela Marinha/CADIM de se organizar como associação. Sabe-se que duas outras recentes tentativas da comunidade de se associar foram frustradas. O único tipo de associação que os moradores participavam, até recentemente, é a que envolve a atividade da pesca, como a Colônia de Pescadores de

Itacuruçá. No entanto, a partir do ano de 2002, com a atuação do Ministério Público e da Organização Não-Governamental - ONG Koinonia, foram abertas novas oportunidades políticas para os moradores se associarem; essa nova formação organizacional, que é a associação de moradores, é dúbia, pois de um lado, demonstra a importância dos Caiçaras se organizarem enquanto grupo, mas ao mesmo tempo, na sua dinamização tem acentuado clivagens internas. Isso decorre da observação que, dentro da própria associação existe, mesmo que inconscientemente, a formação de subgrupos. Quando um desses subgrupos se destaca, ocorre frequentemente a não-participação de outro na reunião e na ajuda na preparação de algum evento. Esse fato é claramente observado quando há excesso de reuniões realizadas em um lado da ilha, seja ele o lado leste ou o oeste.

5 A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE FRENTE A INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS

Os primeiros trabalhos acadêmicos escritos sobre políticas voltadas às comunidades locais e aos seus habitantes afirmavam que esses eram um obstáculo à organização eficiente e "racional" do uso dos recursos comuns. Havia certa convicção por parte dos preservacionistas de que as metas de proteção ambiental e os interesses das comunidades locais estavam em oposição à conservação e à proteção dos recursos naturais (AGRAWAL; GIBSON, 1999). Essa representação esquemática foi popularizada pela metáfora da "tragédia dos comuns", segundo Hardin (1968), e serviria como guia para interpretações pessimistas e políticas de restrição de uso de recursos por populações tradicionais.

No entanto, constata-se que, na Ilha da Marambaia, os recursos florestais e pesqueiros foram modificados profundamente não pela comunidade, mas pelas Instituições que passaram pela ilha ao longo dos anos. Ao contrário do que afirma Hardin (1968), a comunidade local somente participou indiretamente desse processo de mudança da paisagem ambiental da ilha, uma vez que as ordens partiam das instituições que administravam o local.

Agrawal e Gibson (1999) também ressaltam que, normas e regras bem fundamentadas podem inibir o comportamento de exploração e resistir às tentativas de sua modificação. Portanto, a presença de normas em nível da localidade pode

facilitar a administração dos recursos pela própria comunidade, prevenindo certos comportamentos ou encorajando outros.

Nesses termos, as instituições poderiam ser vistas como um jogo de regras e normas, formais e informais, que moldam interações entre os homens, entre si e com a natureza. Elas inibem algumas atividades e facilitam outras; sem elas, as interações sociais seriam impossíveis. As instituições promovem estabilidade e consistência nas ações. Elas contrastam com interações políticas incertas entre diferentes atores e processos imprevisíveis nos quais os desempenhos dos atores sociais não seguem nenhuma regra identificável (AGRAWAL; GIBSON, 1999).

Entretanto, ao se analisar a organização de comunidades tradicionais, algumas questões relacionadas ao processo de formação institucional precisam ser ponderadas, dentre elas: Quem exercitará a autoridade para fazer as regras? E qual será o conteúdo destas regras? Tipicamente, os programas de institucionalização de comunidade tradicionais desenvolvem nos atores locais somente a autoridade de implementar as regras criadas em outro lugar, por agentes externos. As agências do governo, assim como, Organizações Não-Governamentais, geralmente reservam para si o direito de criar as regras e arbitrar sobre as disputas entre instituições externas e até mesmo dentro da própria comunidade.

Segundo Agrawal e Gibson (1999), há argumentos significativos a favor de reconhecer que os atores no espaço local podem ser a fonte mais apropriada a criar regras que englobem uma gama significativa de problemas, por causa das suas informações especializadas sobre o contexto local de utilização dos recursos. Todavia, acredita-se que as agências do governo e outras instituições externas não seriam as mais indicadas a realizarem esse tipo de diagnóstico, por não estarem familiarizadas, na maioria das vezes, com as particularidades dos sistemas de recursos locais.

Em um processo de organização comunitária, vale ressaltar a importância da autonomia na tomada das decisões por parte dos habitantes da comunidade. Um exemplo observado na Ilha da Marambaia é a criação em fevereiro de 2003, da ARQUIMAR - Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia, em um esforço de recuperar o tempo perdido frente à tutela da Marinha/CADIM e com o intuito de reorganizar a comunidade para reivindicar seus

direitos sociais básicos, assim como, se defender de incursões de agentes externos, institucionais ou não.

Cabe ressaltar que, a criação da associação de moradores na Marambaia foi muito mais um esforço de agentes externos do que iniciativa do próprio grupo Caiçara. Um dos motivos para o surgimento da associação foi uma tentativa da ONG Koinonia, junto com os ilhéus, de criar uma característica formal de comunidade para os moradores na Ilha da Marambaia, com a expressão bem marcante de Remanescentes Quilombolas, numa tentativa política de obter, com as autoridades competentes, a posse da terra para a comunidade da Marambaia no sistema de uso comum. Sublinha-se que, essa intervenção teve outro reflexo bem marcante: a associação contribuiu para um delineamento claro da identidade do grupo no local, o que atualmente tem sido uma forma de trabalhar com a comunidade sobre sua necessidade de organização e autonomia, mas, cabe notar que, a organização também tem acentuado clivagens internas, ou seja, a formação de grupos de interesses dentro da própria organização, o que decorre de ações paternalistas historicamente implementadas pelas instituições que intervinham e intervêm no local, e dissipam quaisquer tentativas de ações participativas e efetivas do ponto de vista da conjugação das vertentes socioeconômica e ambiental.

Contudo, essa reorganização comunitária foi essencial aos Caiçaras para se posicionarem diante das limitações e oportunidades abertas por agentes externos, no sentido de preservarem a sua lógica de produção, que está intimamente ligada à atividade da pesca artesanal, respeitando assim suas particularidades, com a participação da comunidade como sujeito do processo, visando à garantia e a valorização dos seus conhecimentos locais, essencial à construção de sua autonomia.

Entretanto, tem-se a consciência de que a ação do Estado como parceiro e promotor do desenvolvimento é fundamental. Sobre essa análise, um morador e pescador da Marambaia que atualmente é um dos integrantes da diretoria da associação de moradores avalia que, “a criação da associação não elimina a necessidade de envolvimento do governo de forma participativa com a comunidade, de modo a proporcionar uma melhor situação para a Marambaia”. Isso advém da grande necessidade da população de políticas básicas de infraestrutura - como transporte, postos médicos, entre outros - e de políticas de promoção do

desenvolvimento local sustentável, assim entendida, como aquelas voltadas à melhoria da qualidade de vida, no que tange a geração de emprego e renda, e ao concomitante usufruto sustentável dos recursos naturais.

6 CONCLUSÃO

Após o estudo deduziu-se que as dificuldades e limitações aumentam à medida que os Caiçaras não se alinham com os agentes externos para desenvolver qualquer outro tipo de atividade, sendo ela agrícola ou não, ou mesmo a pesca. Assim, pode-se sublinhar que, as limitações sobre a utilização dos recursos naturais e o conflito entre as instituições formais e a comunidade moldaram as formas de produção, assim como, o ritmo de vida dos Caiçaras na ilha.

Confirma-se neste estudo que, ao longo das diversas intervenções institucionais, houve uma conformação e diversificação das técnicas tanto de pesca quanto de manejo animal e vegetal.

Recentemente a presença de novas instituições na Ilha da Marambaia, além da Marinha/CADIM, abriu aos Caiçaras novas oportunidades de estratégias mistas de reprodução social. No entanto, essas estratégias são variáveis de acordo com as oportunidades e constrangimentos moldados pela ação destes atores externos, sendo as iniciativas locais, na maioria das vezes, individualizadas e não coletivas.

A dificuldade de praticar a “arte da associação” entre os Caiçaras da Marambaia se dá em razão da forte presença de uma tradição de clientelismo e paternalismo, alimentada pela Marinha/CADIM, que favorece alguns moradores e não a outros. A presença marcante da Marinha/CADIM, com suas intervenções autoritárias de impacto regulatório define a territorialização das atividades e vem impondo severos limites à reprodução do grupo Caiçara. Apesar da contiguidade geográfica - em um espaço limitado a uma ilha e uma estrutura social relativamente homogênea -, além do conjunto de experiências e modelos culturais comuns, a comunidade Caiçara da Marambaia é marcada por clivagens e divisões internas importantes, com múltiplos interesses, que dificultam os processos de ação coletiva no sentido de implementar novas alternativas econômicas.

Apesar disso, como efeito não antecipado das intervenções mais severas da Marinha/CADIM - porém como reação à forte repressão aos moradores da ilha,

especialmente em relação aos processos de desapropriação dos ilhéus - emergiu de forma clara uma identidade do grupo Caiçara na Marambaia. O senso de injustiça alimentou o sentimento de que estavam todos no “mesmo barco”, e em um processo de ação coletiva, além do alinhamento com agentes externos como ONG e o próprio Estado, na figura do Ministério Público, organizaram-se recentemente em torno da ARQUIMAR - Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia. Com o surgimento, mesmo que discreto, dessa associação de moradores, é possível que os próximos projetos de intervenção sejam conduzidos de modo sustentável e equânime por meio desta organização, abrindo novas oportunidades de ação econômica autônoma para os Caiçaras e reduzindo, assim, sua dependência da assistência da Marinha. Mas, convém ressaltar que, mesmo dentro da associação existe a formação de grupos de interesse, fruto da herança de antigos projetos, o que acena para a importância de se trabalhar também com a comunidade, a tomada de consciência sobre a importância da união e da participação em um processo de construção de desenvolvimento efetivo, autônomo e sustentável.

Por fim, demonstrou-se neste trabalho que, apesar da carência de incentivos que garantam o desenvolvimento de comunidades tradicionais inseridas em áreas de proteção ambiental, há um movimento do próprio grupo, de resistência e reprodução social, apontando, a necessidade de apoio por parte das instituições de intervenção social e produtiva, para este segmento.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: PROCAM-USP, 1996.

AGRAWAL, A.; GIBSON, C. C. Enchantment and Disenchantment: the role of community in natural resource conservation. In: **World Development**. Canadá, Montreal, n. 4, p. 629-649, April, 1999.

ARRUTI, J. M. (org.) **Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba/RJ**. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, Fundação Cultural Palmares, 2003.

BABBIE, E. **The practice of social relations: the structure of inquiry**. California/USA: Wadsworth Publishing Co. Belmont, 1983.

CUNCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. In: **Science**. USA, Washington DC, n. 3859, p. 1243-1248, December, 1968.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, R. R. *et. al.* Roça Caiçara: um sistema "primitivo" auto-sustentável. In: **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, n. 104, p. 43-51, Outubro, 1994.

PONDÉ, J. **Levy Miranda: apóstolo da assistência social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Cristo Redentor, 1977.

SCHMIDT, C. B. **Lavoura caiçara**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1958.

SELLTIZ, C.; WRIGHTS, L. S.; COOK S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1987.

SETTI, K. **Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical**. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, T. E. M da. Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital. In: **Encontro de Ciências Sociais e o Mar**, 3, 1989, São Paulo. Coletânea de Trabalhos Apresentados. São Paulo, PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, 1989. p. 37-48.

TILLY, C. **Coercion, Capital, and European States, Ad 990-1992**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOTAS

⁽¹⁾ Graduação em Zootecnia pela UFRRJ (2003), Mestrado em Extensão Rural pela UFV (2005), Professor de Extensão Rural da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais. E-mail para contato: daniel@ufvjm.edu.br

⁽²⁾ Graduação em Agronomia pela UFRA (2002), Mestrado em Extensão Rural pela UFV (2006), Professora de Antropologia e Sociologia Rural da Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, Pará. E-mail para contato: cyntiamei@hotmail.com

⁽³⁾ Graduação em Ciências Sociais pela UnB (1975), Doutorado em Sociologia pela USP (1998), Professora de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro. E-mail para contato: lan@ufrj.br

(4) Graduação em História pela UFMG (1988), Doutorado em Ciências Políticas pela IUPERJ (1997), Professor de História pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. E-mail para contato: fabio.mendes@pq.cnpq.br

(5) Graduação em Economista Doméstica pela UFRRJ (2005), Professora de Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro. E-mail para contato: oliviaeconomistadomestica@yahoo.com.br

(6) A Mitilicultura trata da produção de mexilhões. A empresa MBR tem atuado na Ilha da Marambaia, junto a membros da comunidade, com vistas à construção e gestão de fazendas marinhas de mexilhões.

(7) HARDIN, Garrett, 1968 - Tragédia dos comuns (livre acesso) “Escassez dos produtos de uso comum”: Em muitos casos, a tragédia somente ocorreu depois que condições de livre acesso foram criadas, como consequência da destruição de sistemas comunais e pré-existentes de direito de acesso a áreas terrestres e marinhas.

Enviado: 20/08/2008

Aceito: 23/11/2008

Publicado: 30/12/2008